



ONDINA EM *MAYOMBE*: UMA MULHER NA LUTA CONTRA O COLONIALISMO, O RACISMO E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Celia Ferreira de Sousa (UNEMAT)¹
Agnaldo Rodrigues da Silva (UNEMAT)²

Resumo: O presente artigo justifica-se pela urgência em analisar a representação feminina no contexto da literatura de guerra e libertação, especificamente em *Mayombe*, de Pepetela. Foca-se na personagem Ondina, a única mulher inserida no corpo de guerrilheiros, cuja presença desestabiliza e enriquece a narrativa masculina predominante, evidenciando a invisibilidade histórica das mulheres nos movimentos de luta. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando a análise literária do capítulo três do romance, cujo procedimento metodológico consiste na leitura atenta e no levantamento de excertos que ilustram a atuação, o discurso e a recepção de Ondina pelos demais personagens. O aporte teórico mobiliza conceitos da crítica literária feminista africana, como a discussão sobre o silenciamento, em diálogo com estudos sobre a literatura de combate e o pós-colonialismo.

Palavras-chave: *Mayombe*. Ondina. Crítica Feminista. Violência de Gênero.

Abstract: This article is justified by the urgent need to analyze the representation of women in the context of war and liberation literature, specifically in *Mayombe*, by Pepetela. It focuses on the character Ondina, the only woman within the guerrilla group, whose presence destabilizes and enriches the predominantly male narrative, highlighting the historical invisibility of women in these movements. The research adopts a qualitative approach, using literary analysis of chapter three of the novel. The methodological procedure consists of careful reading and the identification of excerpts that illustrate Ondina's actions, discourse, and reception by the other characters. The theoretical framework mobilizes concepts from African feminist literary criticism, such as the discussion of silencing, in dialogue with studies on combat literature and post-colonialism.

Keywords: *Mayombe*. Ondina. Feminist Critique. Gender Violence.

1 Informações introdutórias

O romance *Mayombe* (1993), de Pepetela é uma das obras canônicas da literatura angolana e africana de língua portuguesa e, sem dúvida, fornece uma representação complexa da luta pela independência, sob a ótica da guerrilha do Movimento Popular de Libertação de Angola - MPLA, o partido político que governa Angola desde sua independência, em 1975.

Em relação à obra, é importante apresentar algumas informações introdutórias para situar o leitor. *Mayombe* é composto por cinco capítulos: I – *A missão*; II – *A base*; III – *Ondina*; IV – *A surucucu*; e V – *A amoreira*. De modo geral, o romance traz como contexto a luta dos guerrilheiros no interior da floresta do Mayombe, durante o processo de libertação de Angola. O narrador, Teoria, articula suas origens e dilemas pessoais à dureza do combate, evidenciando que os guerrilheiros enfrentam não apenas o inimigo externo, mas também conflitos políticos e pessoais no interior da própria guerrilha. Ao longo da narrativa, Teoria

¹Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Estudos Literários (PPGEL), da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. E-mail: celia.sousa@unemat.br

² Doutor em Letras. Docente da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. E-mail: agnaldosilva20@uol.com.br



descreve a rotina dos combatentes, seus ferimentos, carências e decisões políticas, revelando a complexidade e o sofrimento que marcam essa experiência.

Diante da dura realidade vivida pelos guerrilheiros na base, marcada pela fome, pela escassez e pelo desgaste físico e psicológico, surgem conflitos internos e ameaças de deserção entre os combatentes. Esse contexto extremo intensifica as tensões no interior da guerrilha e leva o Comissário a rever sua postura rígida, optando por atenuar os conflitos, em vez de adotar punições severas. Embora essa atitude de conciliação tenha sido criticada por alguns guerrilheiros, ela se mostra uma estratégia de luta assertiva, pois contribui para a resolução dos conflitos e evita o agravamento da já tensa realidade enfrentada pelo grupo.

A narrativa foca, predominantemente, na experiência masculina, expondo as tensões ideológicas, os conflitos étnicos e os desafios práticos da vida na mata, mas é na figura de Ondina que a obra se abre a uma dimensão de luta mais abrangente, situação iniciada no final do capítulo dois e intensificada no capítulo três, intitulado “Ondina”, justamente onde versa a figura feminina no romance. Ondina é notável por ser a única mulher presente no pelotão de combatentes do Mayombe, e sua inserção na trama representa um ponto de inflexão na discussão sobre gênero, sobre raça e também de poder, dentro do próprio movimento de libertação do país.

2 Ondina: uma presença disruptiva na guerrilha

A chegada de Ondina, mulher negra e militante, evidencia que o processo revolucionário não é homogêneo e nem automaticamente libertador para todos. Ela surge como um corpo que desnaturaliza a ideia de que a luta anticolonial seria, por si só, suficiente para superar outras formas de opressão. Podemos dizer que Ondina denuncia o fato de que a guerrilha reproduz internamente as violências do sistema que combate. Sua simples presença, feminina, jovem, negra e politizada faz emergir o machismo estrutural dos combatentes, cujas atitudes oscilam entre o paternalismo, o desejo sexualizado e a desconfiança de sua capacidade política.

Assim, Ondina opera como elemento de ruptura, pois entre os guerrilheiros, sua presença provoca reações atravessadas por desejo, paternalismo, ciúme e desconfiança. Ela evidencia que, dentro da guerrilha, o corpo feminino continua sendo lugar de disputa e controle, ou seja, sua presença além de influenciar na dinâmica de ação dos guerrilheiros ainda revela as complexidades e contradições da luta libertária descrita na obra, que embora



não atue diretamente na selva, desestabiliza o grupo, especialmente a sua liderança, ao introduzir uma crise de ordem moral e afetiva que a ideologia não consegue resolver.

Ondina, ao expressar sua inquietação, desejando ser enviada ao Leste ou esperando por punições que possam garantir algum destino, introduz na narrativa uma dimensão emocional no ambiente rígido e militarizado. Com isso, influencia a rotina do grupo ao querer “sair do bureau”³, sugerindo que sua presença se torna um elemento de resistência à alienação ou mesmo à monotonia imposta pela dura rotina da guerrilha. Assim podemos interpretar que sua saída momentânea representa uma busca por liberdade e autonomia dentro do contexto repressivo, refletindo uma resistência silenciosa às condições ali impostas. Essa situação comunga com o que afirma Mignolo, (2019, p. 06),

O conservadorismo desobediante decolonial é a energia que gera o ódio dignificado e a cura decolonial, e seus principais objetivos são desvincular-se para reexistir, o que implica em revincular-se com os legados que se quer preservar, a fim de engajar-se em modos de existência com os quais as pessoas querem se engajar. Portanto, reexistir depende do lugar do indivíduo nas histórias locais negadas, diminuídas e demonizadas nas narrativas da modernidade ocidental.

No excerto acima, Mignolo afirma que o conservadorismo desobediante decolonial não se refere a um retorno acrítico ao passado, mas a uma postura política e epistêmica de resistência frente às imposições da modernidade/colonialidade. Trata-se de uma forma de desobediência que recusa a lógica universalizante do pensamento ocidental e, ao mesmo tempo, conserva saberes, práticas e modos de vida historicamente deslegitimados pelo colonialismo.

Em “ódio dignificado” não entendemos como ressentimento destrutivo, mas sim como uma indignação ética e consciente, nascida da experiência da opressão colonial. Esse ódio é “dignificado” porque se converte em força política e criadora, capaz de impulsionar a “cura decolonial”, isto é, a reparação simbólica, cultural e epistemológica das feridas produzidas pela colonialidade.

Vemos que os objetivos centrais desse movimento são “desvincular-se para reexistir”. Esse desvincular-se implica romper com as estruturas de conhecimento, poder e subjetivação impostas pela modernidade ocidental. Contudo, esse rompimento não é vazio, ele exige um revincular-se com os legados, memórias e saberes ancestrais que foram silenciados, inferiorizados ou destruídos pelo projeto colonial. Assim, reexistir significa reafirmar modos de existência próprios, escolhidos conscientemente, e não impostos.

³ Pepetela, (1993, p. 128).



Nesse sentido, Mignolo (2019) destaca que a reexistência está diretamente ligada ao lugar do indivíduo nas histórias locais, histórias que foram negadas, diminuídas ou demonizadas pelas narrativas hegemônicas da modernidade. Reconhecer-se nessas histórias locais é um ato de reapropriação identitária e epistêmica, que desafia o monopólio ocidental de definir o que é conhecimento, humanidade e progresso.

Portanto, a citação sustenta que a decolonialidade é um projeto de vida, no qual sujeitos e coletividades constroem outras formas de existir, pensar e viver, ancoradas em suas próprias experiências históricas e culturais, em oposição às narrativas coloniais que os marginalizaram.

Podemos dizer que essa reflexão de Walter Mignolo (2019) sobre o “conservadorismo desobediente decolonial” dialoga diretamente com as formulações de Frantz Fanon (1968), Aníbal Quijano (2005) e Achille Mbembe (2018), ao compreender a decolonialidade como um processo que envolve não apenas a crítica às estruturas coloniais, mas a reconstrução ontológica, epistêmica e histórica dos sujeitos subalternizados.

Em Fanon (1968), especialmente em *Os condenados da terra*, a descolonização é concebida como uma transformação radical do ser, que atinge simultaneamente o corpo, a psique e a posição histórica do sujeito colonizado. Essa ideia converge com a noção mignoliana de “reexistir”, pois ambos afirmam que a libertação não se reduz à independência política ou à inclusão nos marcos da modernidade ocidental, mas implica a recuperação da dignidade ontológica negada pelo colonialismo. O que Mignolo (2019) chama de “ódio dignificado” encontra eco na análise fanoniana da violência e da ira como respostas históricas à desumanização colonial, não como fins em si mesmas, mas como energias de ruptura que permitem ao sujeito colonizado reinscrever-se na história como agente.

Em Aníbal Quijano (2005), a noção de colonialidade do poder esclarece os mecanismos estruturais que tornam necessário o “desvincular-se” proposto por Mignolo. Para Quijano, a modernidade funda-se em uma matriz de poder que articula raça, trabalho, conhecimento e autoridade, naturalizando hierarquias globais. Assim, desvincular-se significa romper com essa matriz colonial que continua operando mesmo após o fim formal do colonialismo. O revincular-se, por sua vez, corresponde à valorização de epistemes outras, indígenas, afro-diaspóricas, populares, que foram sistematicamente desqualificadas. Nesse sentido, a reexistência de Mignolo é uma resposta direta à colonialidade do saber diagnosticada por Quijano.



A articulação com Achille Mbembe (2018) amplia essa leitura ao deslocar o foco para as condições contemporâneas de vida e morte impostas aos sujeitos racializados. Em sua crítica à necropolítica, Mbembe demonstra como a modernidade ocidental continua a produzir zonas de não-ser, onde determinadas populações são consideradas descartáveis. Reexistir, como propõe Mignolo, é também recusar essa lógica necropolítica, afirmando modos de existência que escapam à governança colonial da vida e da morte. Ao reivindicar as histórias locais negadas e demonizadas, Mignolo converge com Mbembe (2018) na denúncia de que a modernidade se sustenta pela exclusão radical de outras narrativas de humanidade.

Dessa forma, Mignolo (2019), Fanon (1968), Quijano (2005) e Mbembe (2018) compartilham a compreensão de que a decolonialidade não é apenas um gesto crítico, mas um projeto ético-político de reconstrução da vida, no qual sujeitos historicamente subalternizados se repositionam no mundo a partir de seus próprios legados, memórias e formas de existir. A reexistência, portanto, emerge como prática de resistência, criação e cura frente às violências epistêmicas, ontológicas e materiais da colonialidade.

3 Violência de gênero e o corpo como campo político

Ondina põe em crise a liderança de seu noivo, o Comissário, uma das figuras máximas do poder político na base, devido sua infidelidade com André, o burocrata, o que transforma uma questão pessoal em um escândalo político e a incapacidade do Comissário de controlar a própria vida afetiva expõe a fragilidade de sua autoridade e a sua dissociação entre o ideal revolucionário, o coletivo, e a sua realidade humana, o individual.

Essa crise conjugal força o Comissário e Sem Medo a se confrontarem de forma mais íntima. Sem Medo, ao apoiar a liberdade de Ondina, prioriza a humanidade e a autenticidade da mulher em detrimento da rigidez moral do Comissário. Isso transforma a tensão ideológica entre os dois líderes, pragmatismo *versus* ideologia, em um dilema moral sobre a liberdade e a justiça.

Ao rejeitar um relacionamento frio e buscar o prazer, Ondina desperta aos líderes que são, antes de tudo, homens com necessidades, medos e desejos individuais. Ela força os guerrilheiros a lidarem com sentimentos complexos, como o ciúme, a traição e a libertinagem, que a dura rotina da guerrilha e o foco na luta tentam reprimir.



Ondina critica a “rotina” e a “mediocridade” de seu relacionamento com o Comissário, que é tão “sem histórias” quanto a vida de um empregado de escritório. A revolução, por vezes, só troca um tipo de repressão por outro.

— O amor é assim. Se se torna igual, a paixão desaparece. É preciso reavivar a paixão constantemente. Eu não o sabia ainda, deixei-me convencer pela vida sem histórias que levávamos. Vês a vida dum empregado de escritório em Luanda? Está bem que tinha o trabalho clandestino, a Leli começava a interessar-se, estudávamos juntos o marxismo. Mas sentimentalmente tínhamos parado. Chegámos à estabilidade. A culpa foi minha que me acomodei à situação, que não me apercebi que a rotina é o pior inimigo do amor, (Pepetela, 1993, p. 100).

Ao afirmar que “a rotina é o pior inimigo do amor”, Ondina critica o modelo de relacionamento baseado no dever e na estabilidade, crítica que, em contexto revolucionário, aponta para a necessidade de transformar também as relações íntimas. Parafraseando hooks (2018), não há revolução possível sem mudança nas formas de amar e de se relacionar. Ondina, portanto, expõe como a dedicação abstrata à causa pode levar ao isolamento afetivo e à hipocrisia, mostrando que a busca por um “Homem Novo” precisa passar pela transformação das relações pessoais e não apenas das estruturas de poder.

Frente ao exposto, podemos dizer que a centralidade feminina na narrativa da resistência e revela a irrupção de uma nova perspectiva de gênero na narrativa. Sua autonomia e sua relação com os companheiros mostram que a luta libertária não é apenas uma questão de militares ou políticos, mas também de questões humanas mais amplas, incluindo emoções e vulnerabilidades, que contradizem qualquer visão simplista de guerra como somente uma questão de força ou ideologia.

Sua participação reflete uma reesistência que vai além do combate contra o colonialismo, abrangendo também questões de racismo, violência de gênero e as contradições sociais presentes na luta libertária. Para Mignolo (2019, p. 06) “Reexistir é algo diverso de resistir”, pois se você resiste, você fica preso às regras do jogo que outros criaram, especificamente à narrativa e às promessas de modernidade e da necessária implementação da colonialidade.

Embora sua presença se manifeste, inicialmente, em um contexto pessoal, Ondina simboliza a resistência contra estruturas opressoras de diferentes naturezas, incluindo o colonialismo e o racismo. Sua mobilidade, autonomia e as emoções que manifesta desafiam a lógica colonial que frequentemente reduzia as mulheres a objetos de controle e opressão. Por exemplo, a sua tentativa de sair do bureau ou de buscar soluções próprias diante da repressão



demonstra um desejo de autonomia e de ruptura com as limitações impostas às mulheres, resistindo às normas patriarcais que se entranham na estrutura colonial e militar.

Quanto a sua luta contra a violência de gênero, no percurso do romance é evidenciada em momentos como seu roubo de vestidos e rasgões impulsivos, além das provocações relacionadas aos seus corpos, como o episódio do rasgar os vestidos e o comportamento de André ao rasgá-los, enquanto ela permanece sem reagir violentamente, como se vê no trecho a seguir.

O Comissário abraçou-a com violência, apertou-a de encontro a si. Ela tentou fugir, mas ele fez força. Beijou-lhe os lábios, quase mordendo. Ondina gemeu. Ele acariciou-a brutalmente, depois derrubou-a sobre a cama.

— É melhor não, João.

O vestido voou com o puxão dele. Ele despiu-se rapidamente, dominando-a, enquanto ela se debatia.

— Vou-te provar que me gramas.

Ele foi brutal, sem se importar que ela gozasse. (Pepetela, 1993, p.114)

Sua postura de silêncio e aceitação diante dessas agressões pode ser interpretada como uma forma de resistência passiva, uma tentativa de não reforçar a própria objetificação, mas também revela a vulnerabilidade feminina diante de um contexto de violência e dominação patriarcal.

Essa dinâmica expõe as contradições do movimento de resistência, pois os homens lutam pela libertação de um país, muitas vezes negligenciando a luta contra a violência de gênero dentro de seus próprios espaços. Ondina simboliza, assim, a resistência silenciosa contra essa violência, enquanto também evidencia como já dito, a vulnerabilidade das mulheres na sociedade militante, muitas vezes relegadas a papéis secundários ou ainda vítimas da violência institucionalizada e social que permeia o ambiente da guerra.

A narrativa revela que ela deseja ser ouvida, respeitada e autônoma, o que representa uma crítica às estruturas machistas presentes na organização militar e na sociedade tradicional. Sua relação com Sem Medo, por exemplo, reflete uma tentativa de afirmação de suas emoções e liberdade de escolha, numa luta contra o controle patriarcal que é potencializado pelo contexto de guerra e repressão.

A luta contra o colonialismo e o racismo é apresentada como cercada de violências de gênero, machismo e desconsideração pela individualidade feminina. Sua personagem revela essas contradições, ao demonstrar que a libertação do povo também precisa incluir a libertação das mulheres das opressões específicas de gênero. No fundo, ela simboliza a



resistência às formas de violência que se manifestam em múltiplas camadas sociais e que, muitas vezes, permanecem silenciadas na narrativa oficial da libertação. Para Fanon (1968),

A descolonização, que se propõe mudar a ordem do mundo, é, está visto, um programa de desordem absoluta. Mas não pode ser o resultado de uma operação mágica, de um abalo natural ou de um acordo amigável. A descolonização, sabemos-lo, é um processo histórico, isto é, não pode ser compreendida, não encontra a sua inteligibilidade, não se torna transparente para si mesma senão na exata medida em que se faz discernível o movimento historicizante que lhe dá forma e conteúdo (Ibidem, p.17).

No trecho citado, Fanon discute a descolonização como algo que não é apenas uma mudança administrativa ou política superficial, mas uma transformação radical da ordem do mundo. Ele afirma que, quando a descolonização se propõe a alterar essa ordem estabelecida, formada historicamente pela dominação, pela hierarquia racial e pela exploração, ela se configura inevitavelmente como desordem absoluta. E essa desordem significa a ruptura com estruturas coloniais que, por séculos organizaram a vida social, cultural, econômica e psíquica dos povos colonizados.

Em *Mayombe*, enquanto os guerrilheiros afirmavam lutar pela libertação nacional, Ondina expõe o paradoxo de que não há revolução possível, se a opressão das mulheres for mantida como pilar tanto simbólico, quanto prático. Pepetela evidencia, por meio das tensões que Ondina enfrenta, que a emancipação do país não elimina automaticamente desigualdades de gênero e raça. Como enfatizou Fanon (1968), em *Os Condenados da Terra*, a descolonização jamais passa despercebida porque atinge o ser, modifica fundamentalmente o ser, transforma espectadores sobrecarregados de inessencialidade em atores privilegiados, colhidos de modo quase grandioso pela roda viva da história. Para o autor, a descolonização nunca foi um fenômeno discreto ou invisível, é sempre sentida, vista, vivida, porque abalou profundamente a organização do mundo colonial. E, por isso, não muda só estruturas externas, mas atinge a subjetividade, o modo de ser e estar no mundo, sendo considerada por Fanon (1968) uma transformação grandiosa, porque recoloca o colonizado no centro da ação histórica, devolve voz e poder, inaugura um novo tempo, onde o colonizado se torna sujeito da própria narrativa. E o excerto citado reforça isso, em “Roda-viva da história” sugere o dinamismo e a força das lutas históricas que, de repente, puxam esses sujeitos para o centro do acontecimento.

Assim, a personagem funciona como um espelho crítico, ela devolve aos combatentes a imagem contraditória de uma guerrilha que reivindica liberdade, mas que ainda resiste a reconhecer a mulher como sujeito político pleno. Ondina é, nesse sentido, a pedagoga

Revista de Estudos Acadêmicos de Letras, vol. 18 nº 01 (2025): e14962

ISSN: 2358-8403

<https://doi.org/10.30681/real.v18i01.14962>



silenciosa do Mayombe – aquela que revela que a luta pela independência precisa incluir uma luta simultânea contra o patriarcado e o racismo.

É significativa a forma como Pepetela escreve suas falas: curtas, diretas, afiadas. Cada intervenção de Ondina na narrativa recusa o lugar da passividade. Ela não “agradece” por estar na guerrilha; ela reivindica o espaço como direito histórico de participação. Podemos dizer que a personagem se manifesta não apenas nos grandes gestos, mas no modo como se posiciona, articula e afirma seu valor frente às estruturas que desejariam silenciá-la.

Ondina é uma mulher negra que enfrenta, simultaneamente, o colonialismo e o machismo, mas também o racismo, inclusive entre os próprios combatentes, que carregam consigo visões hierarquizantes sobre etnias angolanas e sobre o corpo da mulher africana. O romance insinua essas tensões de forma sutil, porém decisiva, mostrando que a luta anticolonial, se não for interseccional, corre o risco de repetir as violências do colonizador. E nesse ponto, a leitura intertextual com a “Ismália⁴” de Emicida se torna potente, pois a canção trata justamente da mulher negra submetida a um mundo que insiste em feri-la, mas também celebrando sua força e sua não rendição.

E a nosso olhar, Ondina se encontra entre a utopia e o confronto real, pois ela está dentro da guerrilha, mas também está à margem de seus privilégios masculinos. Ela acredita na revolução, mas vê com clareza radical seus limites internos. Uma consciência que a aproxima da figura de Ismália, tanto a simbolista quanto a contemporânea, pois é uma mulher que se divide entre o ideal e o real, entre o desejo de “subir ao céu” da igualdade e o peso de ser arrastada pelo “mar” da opressão. Por isso, Ondina representa o “incômodo revolucionário”, ela aponta aquilo que os homens preferem ignorar. É um papel que a coloca, simultaneamente, como símbolo de esperança e como alvo de incompreensões e hostilidades.

Afirmamos também que essa tensão evoca o dilema da personagem Ismália⁵, imortalizada por Alphonsus de Guimaraens (1899), que no seu desejo de transcendência cai no mar, pois “o mar era a realidade”. Contudo, Ondina recusa-se a sucumbir a essa realidade opressiva, uma vez que, seu ideal não a consome; pelo contrário, a impulsiona para a luta. Nesse sentido, a leitura contemporânea feita por Emicida (2019), que transforma a tragédia de Ismália em um manifesto de resistência, parece mais adequada à sua ação: “A lua de Ismália, de fato, é uma joia / Mas, mano, a Ismália do poema, hoje, somos nós / Somos a lua, somos a

⁴ <https://www.letras.mus.br/emicida/ismalia-part-larissa-luz-e-fernanda-montenegro/>

⁵ <https://www.tudoepoema.com.br/alphonsus-de-guimaraens-ismalia/>



estrela, somos o Sol!”. Ondina é o “Sol” que emerge da escuridão do preconceito da guerrilha, exigindo ser reconhecida como agente plena da revolução”.

Embora consideremos sua aparição breve no romance, seu impacto é profundo, pois faz com que o leitor perceba que a libertação nacional não está concluída, enquanto persistirem formas de exploração de gênero e raça. Sua presença relativiza a narrativa heroica masculina e obriga o leitor a questionar o mito da unidade revolucionária. Portanto, a personagem representa o horizonte da revolução que não se completou, aquela que, décadas depois, Emicida retomaria em sua “Ismália”: a revolução íntima, subjetiva, insurgente, que passa pela dignidade da mulher negra, por sua inteireza e por seu direito à existência plena. Ondina é a semente dessa revolução, ela marca a narrativa com a promessa de um futuro em que mulheres não precisem justificar sua presença, sua força ou sua inteligência na luta política.

Considerações finais

Diante ao exposto, coube-nos analisar a representação de Ondina no romance *Mayombe*, enfatizando sua luta contra o colonialismo, contra o racismo e contra a violência de gênero. Contudo, vê-se que Ondina simboliza o feminino silenciado, mas ativo, na História da Guerra de Libertação Angolana, e, por extensão, nas revoluções em geral.

Mesmo com sua voz isolada no discurso narrativo, por vezes dominada por vozes masculinas, Ondina é a única personagem feminina significativa que atua como narradora-personagem em *Mayombe*. Na trama, ela exerce uma profissão de intelectual em Angola, ela é uma professora, mas sua contribuição na História da Guerra de Libertação de seu país é reduzida à sua sexualidade e afetividade, no centro da crise do movimento. Isso reflete como as mulheres, mesmo quando ativas na luta, como as professoras, as enfermeiras ou outras profissões, têm seus papéis políticos e intelectuais secundarizados na narrativa histórica, e isso não é tão diferente do que ocorre no Brasil.

Podemos afirmar que Ondina é uma feminista, busca a autonomia e o direito de tomar decisões sobre seu próprio corpo, sua vida e seu futuro, incluindo a autonomia legal e reprodutiva. Tanto que recusou o papel submisso que lhe fora imposto na obra, pois, esperava-se que Ondina fosse a noiva obediente, o apoio moral do líder Comissário da Base; no entanto, ela se recusa a ser essa mulher que fora projetada do e para o Comissário e reivindica sua identidade individual e seu prazer.



Ao deixar a cidade, ela escolhe a liberdade pessoal em vez da segurança e do *status* social oferecido pelo movimento. O desejo de autonomia, seu ato de infidelidade não é meramente um erro, mas sim uma busca por autenticidade e paixão, um grito contra a alienação que ela sente mesmo dentro da luta pela libertação. Ela é o “eu” que se choca contra o “nós” revolucionário, questionando se a liberdade pode ser imposta de cima para baixo ou se deve nascer da autodeterminação individual.

A figura de Ondina ecoa fortemente nas lutas contemporâneas, tanto em África quanto no Brasil, pois o seu dilema central, equilibrar a luta coletiva com a autenticidade pessoal, é universal. Assim, podemos dizer que Ondina reflete as lutas de mulheres em países africanos pós-coloniais. Elas foram fundamentais nas guerras de libertação, mas, após a vitória, foram frequentemente relegadas a papéis tradicionais ou ficaram à margem do poder político. A busca de Ondina por um relacionamento autêntico e sua crítica à hipocrisia ecoam nos movimentos que, hoje, combatem a corrupção e a misoginia persistentes nas elites políticas.

Pode-se afirmar também que o dilema de Ondina é vivido por ativistas e militantes no Brasil, onde as mulheres lutam dentro e fora dos movimentos sociais e de partidos políticos. Há um eco na crítica de Ondina ao “companheiro” que é progressista na teoria, mas machista na prática, o Comissário. Ondina representa a demanda por “revolução dentro da revolução”, onde a luta por justiça social deve ser indissociável da luta por equidade de gênero e autonomia corporal e afetiva.

Contudo, a atitude de Ondina simboliza o movimento de mulheres que hoje exigem que a sua história e o seu sofrimento individual não sejam dissolvidos em nome de um ideal maior. Elas exigem o direito de serem reconhecidas em sua totalidade, intelectual, política, sexual e afetiva, rompendo com o silêncio imposto pela moralidade patriarcal.

A representação de Ondina em *Mayombe* permite aproximá-la das múltiplas figurações da personagem Ismália na literatura e na música brasileira. Tal como a Ismália de Alphonsus de Guimaraens, “Quando Ismália enlouqueceu, pôs-se na torre a sonhar”, Ondina também habita um espaço liminar, dividido entre a utopia da libertação nacional e a materialidade da opressão que incide com mais força sobre as mulheres na guerrilha. Seu desejo de participar plenamente da luta, de “subir ao céu” da igualdade e do reconhecimento, confronta-se com a necessidade de enfrentar o “mar” de preconceitos e violências que persistem mesmo entre os companheiros de armas. A releitura contemporânea de Emicida reforça esse deslocamento, sobretudo quando afirma: “Negra, não negue seu valor”. Ondina incorpora essa Ismália insurgente: recusa o silenciamento, denuncia o machismo e o racismo



internalizado, e evidencia que a libertação de um povo não pode coexistir com a opressão de suas mulheres.

Em síntese, Ondina representa uma figura complexa que encarna uma luta que vai além do combate às opressões políticas e raciais, ela combate também as violências de gênero, a objetificação, e as limitações impostas pelo patriarcado, dentro e fora do movimento guerrilheiro. Sua presença é uma denúncia das contradições da libertação, que nem sempre inclui as demandas das mulheres, tornando-se símbolo de resistência, diante de múltiplas formas de opressão.

Referências

- EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. pp. 26-46. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wpcontent/uploads/2021/04/Escrevivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2025.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**/tradução de Renato da Silveira. - Salvador: EDUFBA, 2008
- FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**/ Tradução De José Laurênio De Melo. Editora Civilização Brasileira S.A, 1968.
- HOOKS, bell. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. Tradução de Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução: Ana Luiza Libânio. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- MIGNOLO, Walter D. **A colonialidade está longe de ter sido superada, logo, a decolonialidade deve prosseguir**. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, 2019. Disponível em: <https://masp.org.br/arte-e-descolonizacao> (acesso em 12/11/2025).
- MIGNOLO, Walter D. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**. Tradução de Ângela Lopes Norte. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- PEPETELA, pseud. **Mayombe**. 5ª. edição, Lisboa: Dom Quixote, 1993.



QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117–142.

